

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

MARIA GRAZIELLE ALVES ARAÚJO

**O IMPACTO DAS MICROAGRESSÕES RACIAIS NA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E DESEMPENHO ESCOLAR DE JOVENS NEGRAS NO ENSINO
MÉDIO**

RECIFE, 2023

MARIA GRAZIELLE ALVES ARAÚJO

**O IMPACTO DAS MICROAGRESSÕES RACIAIS NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
E DESEMPENHO ESCOLAR DE JOVENS NEGRAS NO ENSINO MÉDIO**

Artigo científico elaborado segundo as normas da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, como exigência final para obtenção do grau de Terapeuta Ocupacional, pelo Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Araújo Rosas

Coorientadora: Dr.^a Adriana Gonçalves Queiroz

RECIFE, 2023

O IMPACTO DAS MICROAGRESSÕES RACIAIS NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESEMPENHO ESCOLAR DE JOVENS NEGRAS NO ENSINO MÉDIO

THE IMPACT OF RACIAL MICROAGGRESSIONS ON THE SOCIAL PARTICIPATION AND SCHOOL PERFORMANCE OF YOUNG BLACK WOMEN IN HIGH SCHOOL*

EL IMPACTO DE LAS MICROAGRESIONES RACIALES EN LA PARTICIPACIÓN SOCIAL Y EL RENDIMIENTO ESCOLAR DE LAS JÓVENES NEGRAS EN LA ESCUELA SECUNDARIA*

Resumo

Introdução: O racismo configura-se a partir de uma ficção social, apoiada por meios de comunicação que expõem padrões de imagens públicas, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. A mulher, jovem e negra encontra-se numa posição distante do entendimento do corpo e afastam-se de traços que afirmam sua ancestralidade. O espaço escolar, por sua vez, tem sido propagador do racismo e sexismo, tornando-se um instrumento aliado de práticas racistas na vida dessas jovens. **Métodos:** Foi realizada uma pesquisa de campo descritiva exploratória com abordagem qualitativa numa Escola de Referência em Ensino Médio, localizada na região metropolitana do Recife. **Resultados:** As mulheres negras encaram estereótipos e preconceitos profundamente enraizados que são perpetuados pela cultura popular e pela sociedade em geral. Estudos mostram que alunos que sofrem preconceito têm maior probabilidade de apresentar sintomas de ansiedade e depressão, além de ter um desempenho escolar pior do que seus colegas. Além disso, o racismo pode afetar a saúde mental das pessoas pertencentes a grupos minoritários, o que pode afetar sua capacidade de participar plenamente da sociedade. **Conclusão:** Percebeu-se, através dos resultados da presente pesquisa, que as microagressões raciais afetaram diretamente as adolescentes pretas nas esferas sociais, escolar e psicológicas. **Palavras-chave:** Microagressões raciais; Ambiente escolar; Jovens negras; Participação social

Abstract

Introduction: Racism is configured from a social fiction, supported by means of communication that expose standards of public images, by the cultural industry and by the educational system. The woman, young and black, finds herself in a position far from understanding the body and moving away from traits that affirm her ancestry. The school space, in turn, is a propagator of racism and sexism, becoming an ally instrument of racist practices in the lives of these young women. **Methods:** A descriptive exploratory field research with a qualitative approach was carried out in a Escola Referência em Ensino Médio, located in the metropolitan region of Recife. **Results:** Black women face deeply rooted stereotypes and prejudices that are perpetuated by popular culture and society at large. Studies show that students who experience prejudice are more likely to experience symptoms of anxiety and depression, in addition to performing worse in school than their peers. Furthermore, racism can affect the mental health of people belonging to minority groups, which can affect their ability to participate fully in society. **Conclusion:** It was noticed, through the results of this research, that racial microaggressions directly affected black adolescents in the social, school and psychological spheres. **Keywords:** Racial microaggressions; School environment; Black girls; Social participation.

Resumen

Introducción: El racismo se configura a partir de una ficción social, sustentada en medios de comunicación que exponen estándares de imágenes públicas, por la industria cultural y por el sistema educativo. La mujer, joven y negra, se encuentra en una posición alejada de comprender el cuerpo y alejarse de los rasgos que afirman su ascendencia. El espacio escolar, a su vez, es propagador del racismo y el sexismo, convirtiéndose en un instrumento aliado de las prácticas racistas en la vida de estas jóvenes. **Métodos:** Se realizó una investigación de campo exploratoria descriptiva con enfoque cualitativo en una Escola de Referência em Ensino Médio, ubicada en la región metropolitana de Recife. **Resultados:** Las mujeres negras enfrentan estereotipos y prejuicios profundamente arraigados que son perpetuados por la cultura popular y la sociedad en general. Los estudios muestran que los estudiantes que experimentan prejuicios tienen más probabilidades de experimentar síntomas de ansiedad y depresión, además de desempeñarse peor en la escuela que sus compañeros. Además, el racismo puede afectar la salud mental de las personas pertenecientes a grupos minoritarios, lo que puede afectar su capacidad para participar plenamente en la sociedad. **Conclusión:** Se percibió, a través de los resultados de esta investigación, que las microagresiones raciales afectaron directamente a los adolescentes negros en los ámbitos social, escolar y psicológico. **Palabras clave:** Microagresiones raciales; Ambiente escolar; Niñas negras; Participación social.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil foi o último país das américas a abolir formalmente a escravidão, processo que se deu de forma lenta e cruel. Contudo, faz-se necessário salientar que a “alforria” dos povos negros neste território, se deu a partir da pressão internacional, principalmente por parte dos ingleses que fomentavam uma imagem negativa do Brasil por dar continuidade a escravidão. Esse processo, por sua vez, não significou a garantia de direitos (Ribeiro, 2019). Segundo a autora, as consequências devem ser mapeadas historicamente, a começar pela relação entre escravidão e racismo. “É preciso pensar como esse sistema beneficiou historicamente os brancos economicamente, enquanto os negros, que são vistos como mercadorias, tiveram negado o acesso aos direitos básicos e à distribuição de riqueza” (Ribeiro, 2019, p. 5).

O racismo configura-se a partir de uma ficção social, apoiada por meios de comunicação que expõem padrões de imagens públicas, pela indústria cultural e pelo sistema educacional (Almeida, 2020). Para Kilomba (2019) escritora e psicóloga, o racismo é a construção da diferença imposta entre o eu e os outros. Tal imposição, apoia-se nos valores hierárquicos, que coloca o negro como inferior e a partir de “[...] vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares (Kilomba, 2019, p.78)” coloca o negro como vítima do preconceito, esse sustentado por uma estrutura de poder.

De acordo com Munanga (2015) o negro foi historicamente reduzido e humilhado por uma relação de força pautada na escravidão e colonização. Essa redução intencionava o processo de dominação e alienação dessa população, para assim explorá-lo com maior eficiência, seja no continente africano ou nas américas, campos e cidades, plantações e metrópoles.

Diante disso, Carneiro (2003) coloca em pauta o abismo social estabelecido pelo racismo na população negra em geral e nesse cenário a mulher negra encontra-se num lugar subalternizado. Segundo Gonzalez (1983), se naturalizam aspectos em torno de três grandes estereótipos: a mulata, a doméstica/mucama e a mãe-preta. A mulata, por sua vez, representa um estereótipo sexual, enquanto a mucama/ doméstica é a figura da mulher negra em posição serviçal, e a mãe-preta fomenta a imagem da ama de leite, da mãe que cuida.

Já a mulher, adolescente e negra encontra-se numa posição distante do entendimento do corpo e afasta-se de traços que afirmam sua ancestralidade. O espaço escolar, por sua vez, tem sido um propagador do racismo e sexismo, tornando-se um instrumento aliado de práticas racista na vida dessas jovens (Siqueira, 1995).

A história da educação do negro no Brasil corrobora com o processo de marginalização. O ambiente escolar é constituído enquanto espaço social, entretanto, apresenta condições desiguais vividas entre os indivíduos (Silveira, 2017). Um exemplo, são os

dados apresentados pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF, 2010, p. 8), apontam para o fato de que adolescentes negros possuem três vezes menos possibilidades de acesso e permanência na escola, pela condição da raça/etnia.

Lima (2019), afirma que uma menina negra aprende a ter uma visão positiva de si quando descobre que seu direito à educação e sua garantia de inclusão no ambiente escolar são fruto da luta de seus antepassados. Porém, quando essa mesma menina entra em um ambiente escolar e se depara com estruturas racistas que a ferem e a rebaixam, o resultado é uma percepção negativa de si que abala sua autoestima e afeta diretamente seu desempenho escolar.

Dentre as diferentes formas que o racismo pode figurar, está uma sutil, denominada de microagressão, que é uma forma de insultos verbais, não verbais e visuais, direcionadas a indivíduos com base em raça, gênero, etnia, classe social, dialeto ou religião, geralmente feita de forma automática e cotidiana pelos agressores, mas que são capazes de causar um profundo impacto sobre a vida dos agredidos. Assim, pautado na falsa democracia racial o racismo pode também tomar formas mais sutis, manifestando-se sob a maneira de microagressões (SUE et al., 2007; SUE et al., 2008). O prefixo "micro" pode gerar interpretações errôneas, entretanto seu significado não faz relação com algo pequeno ou pouco. Na realidade, possui o significado de um insulto que surge em um contexto individual ou local, a partir de situações limitadas. Essa particularidade permite ao agressor um certo grau de não identificação.

Segundo Sue et al (2007) existem três tipos de microagressões: microinsultos, microinvalidações e microataques. Microinsultos caracterizam-se de forma sutil, transmitindo uma forma de agressão insensível, a partir de um pensamento ou ainda, uma comunicação corporal ou verbal, onde são atribuídas suposições frente à herança racial dos indivíduos. Dentre os microsinsultos estão atribuídos graus de inferioridade, graus de inteligência e graus de criminalidade.

Os microataques, por sua vez, são comportamentos mais deliberados, explícitos e diretos. Podem surgir por meio de piadas, xingamentos e apelidos. Ocorrem de forma consciente na maioria das vezes e possuem um teor intencional. Por fim, as microinvalidações se assemelham com os microsinsultos, são comportamentos que excluem e negam as realidades raciais dos indivíduos (Sue et al., 2007).

Para os autores, o ponto em comum dentre as microagressões está na ocorrência invisível desses atos, colocando os agressores numa posição de negação dos fatos, não levando em consideração o estresse e transtorno causados pela constante e diária exposição dos indivíduos que são vítimas e influenciados negativamente ao longo da vida (Sue et al., 2007; Sue et al., 2008).

Bell Hooks (1984), teórica feminista e ativista antirracista afro americana, as análises feministas que ocorreram ao longo das décadas, foram de estudos pautados em

determinantes que apontam que apenas o gênero é um fator que perpassa a vida das mulheres, com isso, ignora e rebaixa as opressões de raça. A autora aborda que ao compreender a estrutura de gênero que é permeada também pelo processo histórico de colonização, e que oficializou sobre as mulheres negras níveis de opressões e agressões racistas e sexistas inimagináveis, não se pode tratar apenas de gênero ou apenas de raça, pois o conjunto raça e gênero é indissociável.

A autora ainda afirma que mulheres em diferentes contextos não expressam as mesmas experiências de opressão, contudo possuem o mesmo objeto de luta. Ela ainda aponta que, enfrentar o sexismo e o racismo juntos se faz necessário, a partir do pressuposto de que ambas as dominações se pautam nas mesmas fundamentações, pautadas nas situações de injustiça, de oprimido e opressor (Hooks, 1984).

No presente momento, é possível observar frutos do movimento negro contemporâneo, no que diz respeito ao avanço nas políticas e práticas educacionais, como colocado na sanção da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), que alteram a Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) –, e obrigam o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena na educação. Contudo, o racismo expõe limites na efetividade e cumprimento destas. Como afirma Nascimento (2016), o sistema educacional é usado como um dispositivo de controle nessa estrutura culturalmente discriminatória. A lista de disciplinas ensinadas em todos os níveis de ensino no Brasil - primário, secundário, universitário [...] constitui um ritual de forma e ostentação na Europa e mais recentemente nos Estados Unidos.

Segundo dados apresentados na UNICEF (2012), uma das principais barreiras para garantia de direito à educação é a discriminação racial. Sendo excluído na sua grande maioria indivíduos negros e pardos. Para além da dificuldade de acesso, essa barreira se estende para condições de permanência, sendo a população negra a que possui a taxa mais alta de abandono escolar, sendo a discriminação racial um elemento que interfere no rendimento de aluno do Ensino Fundamental e Médio.

No contexto escolar, essas opressões expressam-se de forma ainda mais segregacionista, pois as jovens negras desde a pré-escola sofrem com a falta de representatividade e discriminação, principalmente dentro das salas de aula (Medeiros, 2021). As jovens desta pesquisa estão perpassadas pela interseccionalidade de raça, gênero e classe, que as permitem experienciar o mundo de maneira semelhante.

Hammel (2020) afirma que as desigualdades sociais podem impactar significativamente no desempenho ocupacional. Desempenho ocupacional relaciona-se com a capacidade do indivíduo de realizar suas tarefas diárias de maneira adequada e apropriada para o estágio do desenvolvimento, ambiente e cultura (Cavalcanti; Galvão 2007). Estudos abordam que os fatores de gênero, raça, classe econômica, cultura e acesso aos bens sociais, atravessam as possibilidades efetivas de desempenho ocupacional, visto que são

fatores que corroboram com a injustiça ocupacional (Hammel, 2020; Valério et al. 2020). Entende-se que cada indivíduo possui habilidades específicas, que podem ser desestabilizadas pelas condições sociais vivenciadas. Portanto, a ideia da justiça ocupacional é “o cumprimento do direito que todas as pessoas têm de se envolverem em ocupações que necessitam realizar para sobreviver, definem como significativas, e que contribuem positivamente para o seu próprio bem estar e para o bem estar das suas comunidades” (WFOT, 2019).

A injustiça ocupacional, portanto, é caracterizada enquanto como um impedimento, barreira, restrição colocada frente a populações vulneráveis que as impossibilita o alcance a determinados direitos e oportunidades, esses de suma importância para o envolvimento efetivo nas ocupações. Logo, o público perpassado por tais injustiças ocupacionais sofre com o rompimento das suas experiências cotidianas, vivenciando situações de vulnerabilidade que as restringe de manter efetivação nas suas atividades cotidianas por serem atravessadas por fatores culturais, sociais, políticos, econômicos que limitam a participação na vida (Corrêa, 2016).

O racismo e sexismo são fatores que se tornam dispositivos auxiliares na privação de liberdade de quem os vivencia (Corrêa, 2016). Cada pessoa é um ser ocupacional, ou seja, o indivíduo é influenciado pelo ambiente, contexto social, cultural e econômico, portanto, a negligência de direitos acomete diretamente o processo de escolhas ocupacionais, privando-as de opções e vivências (Costa et al., 2017).

Olhar para mulher, preta e adolescente é ver no período da adolescência um ser humano credor de direitos que são violados por padrões sociais impostos, é nesse momento onde são criadas as identidade culturais e estereótipos e estigmas são enraizados. O projeto de vida das adolescentes está atrelado com o projeto de educação que estão recebendo, sobretudo quando são abordados os anos do ensino médio, anos marcados por mudanças e desafios (Cardoso; Cocco, 2003).

Faz-se necessário, uma escuta atenta acerca das demandas presentes no cotidiano escolar destas adolescentes. Políticas públicas que colaborem de forma eficaz com o processo de escolarização básica, principalmente durante os anos do ensino médio. Compreender e fortalecer a aproximação com a realidade.

Considerando o exposto, o objetivo da presente pesquisa é identificar o impacto das microagressões raciais na participação social e desempenho escolar de jovens negras no ensino médio.

2. MÉTODO

Para fins deste estudo, optou-se pela pesquisa de campo descritiva exploratória com abordagem qualitativa. As pesquisas de campo têm como objetivo adquirir informações

sobre determinado fenômeno como eles ocorrem de forma espontânea, a partir da coleta de dados e posterior análise dos registros. Esse tipo de pesquisa necessita de algumas fases, a primeira delas é o levantamento bibliográfico que servirá para obter conhecimento sobre o tema em questão e localizar as perspectivas acerca do assunto. Num segundo momento, faz-se necessário a criação de técnicas que auxiliem na coleta de dados. Por fim, é preciso estabelecer técnicas que servirão para analisar os dados, para assim ter dados relevantes que atendam o objetivo da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013).

As pesquisas qualitativas buscam compreender valores culturais e representações históricas de grupos, relações entre a sociedade e os indivíduos que a compõem e seus respectivos movimentos sociais. Ademais, visa analisar e identificar processos sócio-históricos para implantação de políticas públicas e sociais. Obtendo um cunho investigativo leva o pesquisador a níveis profundos da sociedade (Minayo, 2014).

Deve estar fundada em formas que permitam a distinção de visões dominantes presentes na população, levando em consideração as demandas dos grupos e dos indivíduos e incluir contextos formais e não formais de economia, política, cultura, lazer e religião, sem pretensão de encontrar a verdade, contudo ter como objetivo à compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade (Minayo, 2014).

Para Gil (2010) os padrões de uma pesquisa qualitativa estão presentes na forma de entender uma perspectiva socialmente construída e padronizada. Portanto "O universo das investigações qualitativas é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que as vivenciam" (Minayo, 2014, p. 24).

De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm o objetivo de desenvolver, modificar e esclarecer diferentes ideias, levando em consideração a elaboração de problemas ou hipóteses mais precisas para estudos seguintes. Já as pesquisas descritivas têm a finalidade de discernir os fatores que irão determinar o acontecimento dos eventos. A abordagem qualitativa utiliza o estudo de caso e coletas de diversos materiais, bem como, história de vida, entrevista, introspecção, artefatos, entre outros (Guerra, 2014). O campo de estudo desta pesquisa foi uma Escola de Referência em Ensino Médio, localizada na região metropolitana do Recife.

Foi utilizada a amostragem não probabilística por conveniência e não aleatória. Este método é usado para criar amostras de acordo com a facilidade de acesso, neste caso a escola, um ambiente que comporta jovens que abarcam o critério de inclusão do estudo (Gil, 2008).

O presente estudo foi realizado em duas etapas: a primeira etapa diz respeito ao questionário. Todos os dados obtidos no questionário foram usados, exclusivamente, para produção de dados da pesquisa em questão e as participantes não tiveram suas identidades expostas.

A etapa seguinte se deu pela realização de entrevistas norteadas por um roteiro, que tem o papel de servir como base para construção de um diálogo fluido, onde cada participante teve a oportunidade de apresentar suas singularidades e experiências vivenciadas.

Segundo Gil (2010) a escolha dessa forma de coleta de dados requer uma série de cuidados, tais como definição da modalidade da entrevista, quantidade de entrevistas, seleção dos informantes e negociação da entrevista. Este projeto teve como modalidade de entrevista aberta, pois diante do objetivo da pesquisa existe a necessidade de que o entrevistado tenha liberdade o suficiente para abordar a temática proposta.

Considerando o funcionamento do campo, o período de coleta de dados com cada pessoa que fez parte da amostra, ocorreu em um intervalo de tempo de 15 a 20 minutos, comum em estudos exploratórios e qualitativos. Por ser um pesquisa que envolve muitas etapas e que depende do funcionamento do local, demandas internas, externas, autorizações de pais e/ou responsáveis e disponibilidade de horário, participaram do estudo 4 alunas, conforme os seguintes critérios de elegibilidade:

Critérios de inclusão – Adolescentes do sexo feminino, dos 15 aos 18 anos, matriculadas no ensino médio da escola de referência e que se autodeclaram como pessoa preta ou parda. E, como critérios de exclusão – Adolescentes que por motivos de saúde não estejam frequentando regularmente a escola e que não estejam no turno no qual a pesquisa foi desenvolvida.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e um questionário. O questionário é uma técnica utilizada para coletar informações acerca dos conhecimentos, crenças, interesses, entre outras coisas, de um determinado grupo. O questionário que foi utilizado na presente pesquisa foi sobre fatos, ou seja, foram obtidos dados concretos, como por exemplo, idade, autodeclaração de raça, renda familiar, identidade de gênero e orientação sexual (Gil, 2008). Foram formuladas alternativas claras e precisas, onde as participantes tiveram a liberdade de optar por não responder, e serviu para identificação do público alvo do presente estudo.

A entrevista, por sua vez, é uma técnica que pode ser utilizada para obter informações concretas, contudo permite ao pesquisador recolher também informações subjetivas, que permeiam a realidade do indivíduo, suas opiniões, valores e ideais. É também considerado uma alternativa flexível que torna o pesquisador e o pesquisado sujeitos ativos do processo de pesquisa (Minayo, 2014). A entrevista semiestruturada até pode conter perguntas fechadas, contudo possui mais perguntas abertas, possibilitando ao entrevistado maior possibilidade de respostas e articulação livre sobre o tema proposto (Guerra, 2014). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Após a anuência das devidas instâncias (diretoria escolar e Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco), iniciou-se o contato com as diretoras e

professores, como também o processo de convite de forma presencial com as jovens. Às que aceitaram participar foi explicado e apresentado as possíveis participantes e seus responsáveis, um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e um Termo de Anuência Livre e Esclarecida (TALE) para ser assinado. As estudantes tiveram o prazo de uma semana para retornar com esse material assinado. A autora contou com ajuda dos professores para repassar um aviso quanto ao prazo de entrega, o material foi entregue na secretaria escolar. Com o documento assinado, elas receberam o primeiro questionário. O material foi entregue e, logo após, o mesmo seguiu para análise e avaliação.

A participação das adolescentes, na primeira e segunda etapa, foi por meio voluntário e em qualquer momento elas poderiam retirar-se da pesquisa (suas respostas no questionário e gravações).

Além disso, levando em consideração a Lei Geral de Proteção de Dados, os contatos foram utilizados exclusivamente para que a pesquisadora pudesse comunicar caso houvesse algum impedimento que acarretasse na não realização das entrevistas, sendo assim não foram divulgados em outros âmbitos ou espaços.

A gravação, transcrição e dados levantados foram apresentados ao grupo que tiveram a oportunidade de alterar e conferir suas respostas apresentadas, posteriormente também será apresentada a versão final.

Salienta-se também que, a realização da presente pesquisa obedeceu aos preceitos éticos da Resolução 466/12.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos a partir dos instrumentos de coleta de dados, já anunciados anteriormente, estão apresentados através de tabelas, sendo as informações do questionário socioeconômico, na tabela 01 e as quatro categorias resultantes da entrevista semiestruturada, apresentadas na tabela 02. Todos os dados, tanto de caracterização quanto os de conteúdo de fala, estão elencados a seguir, subdivididos em tópicos.

Tabela 1 – Dados socioeconômicos

Questões	Participante 1	Participante 2	Participante 3	Participante 4
Idade	16	15	15	16
Autodeclaração de raça	Preta	Preta	Preta	Preta
Identidade de gênero e orientação sexual.	Cis Bissexual	Cis Bissexual	Cis Bissexual	Cis Hétero
Trabalho/Função/Profissão	Estudante e trancista.	Estudante	Estudante	Estudante
Renda familiar	Entre um e dois salários mínimos	Entre meio e um salário mínimo	Entre um e dois salários mínimos	Entre meio e um salário mínimo

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2 – Categorias apresentadas na entrevista

Entendimento acerca do racismo
Racismo no cotidiano escolar e impacto no desempenho escolar
Implicações na participação social
Microagressões raciais no contexto escolar

Fonte: Elaborada pela autora.

3.1 Dados socioeconômicos

Os dados apontaram para uma idade média de 15,5 anos, onde todas as participantes se autodeclararam negras, três se autodeclararam bissexual e uma se autodeclarou heterossexual, duas possuem renda entre meio e um salário-mínimo, e outras duas entre um e dois salários-mínimos.

A intersecção de fatores como idade, raça, gênero, renda e orientação sexual pode ter um impacto significativo na vida das adolescentes pretas em idade escolar. Crenshaw (1991) indica que ser mulher preta traz, para a pessoa, a interação entre duas formas de discriminação: a racial e a de gênero e isso reverbera em uma exclusão com maior expressão de gravidade. Isso é conhecido como o efeito da "intersecção" e pode levar a uma multiplicidade de desvantagens que afetam desproporcionalmente as adolescentes pretas em idade escolar

Essa disparidade é ainda maior quando consideramos a intersecção de fatores como gênero e raça, como aponta Morris (2014) em seu livro "Pushout: The Criminalization of Black Girls in Schools", as meninas negras enfrentam um risco seis vezes maior de serem suspensas do que as meninas brancas, e o dobro do risco dos meninos negros:

[...] as meninas negras de famílias de baixa renda são frequentemente rotuladas como sendo 'más' ou 'difíceis', e são mais

propensas a serem disciplinadas de forma mais severa por comportamentos que são vistos como normais ou típicos para adolescentes.

Isso pode incluir ações como faltar às aulas ou se expressar de maneiras que são consideradas “inapropriadas” pelos educadores.

A partir de tais dados é possível corroborar que, conforme Almeida (2018), o racismo, é considerado como uma variável que faz parte da sociedade, sendo definida como ferramenta do capitalismo, utilizado como forma de hierarquização da classe trabalhadora, justificando as desigualdades sociais. De 2004 a 2014, as condições de vida da população brasileira melhoraram em várias esferas (Calixtre e Vaz, 2015). Porém, esses dados não estão em conformidade com a diminuição da desigualdade racial, ademais, a redução da pobreza pode estar sustentada no aumento da desigualdade racial (Osório, 2022).

Além disso, a influência social, econômica, política e cultural, variam de acordo com a natureza das condições socioeconômicas, o tipo de população, o conceito de saúde, doença e agravos à saúde, sendo, então, diferenciada de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo. Nesse contexto, especialmente para os negros, observa-se um ambiente de exclusão e privação de atribuição de condições especiais, determinam a vulnerabilidade dessa parcela da população (Helman, 1994).

No mesmo raciocínio, ressalta-se que, a maioria da população negra tem menor qualificação no mercado de trabalho e baixos salários, mora em áreas que carecem de serviços básicos de infraestrutura, são mais restritos no acesso aos serviços médicos e, se esses serviços estão disponíveis, são de baixa qualidade, conforme corrobora os dados do IBGE (2019) ao expor que os negros possuem mais dificuldade em encontrar emprego e que recebem até 31% menos que brancos.

Por fim, pode-se também incluir a desigualdade econômica como um fator estrutural da desigualdade social no Brasil, incontáveis evidências apontam para barreiras à participação igualitária de indivíduos hipossuficientes em todas as áreas da vida social (Passos, 2014).

3.2 Entendimento acerca do racismo

O entendimento acerca do racismo sofrido é um tema complexo e multifacetado que tem sido abordado por diversos autores e estudiosos. Para compreender essa questão, é necessário considerar tanto a dimensão individual quanto a dimensão social do racismo.

De acordo com Sue et al. (2007), o racismo pode ser definido como “um conjunto de atitudes, crenças e comportamentos que são influenciados pelas hierarquias raciais existentes e que resultam em discriminação, preconceito e desigualdades sociais”. Nesse

sentido, o racismo pode afetar profundamente a autoestima e a identidade das pessoas que são alvo de discriminação, como foi possível observar nesse trecho de uma participante: *"Uma forma da pessoa querer te agredir pelo o que você é, te deixar triste, querer te mudar"* (Participante 2).

Para Tajfel e Turner (1979), o processo de categorização social é um dos fatores que contribuem para a perpetuação do racismo. Segundo esses autores, as pessoas tendem a classificar as outras em grupos com base em características como raça, gênero e idade, e a atribuir diferentes status e valores a esses grupos. Isso pode levar à formação de estereótipos e preconceitos em relação a determinados grupos, como os negros, por exemplo.

Já Fanon (1967) enfatiza a importância da consciência racial para a compreensão do racismo. Segundo ele, o racismo é uma forma de opressão que tem como objetivo manter os negros em uma posição de inferioridade em relação aos brancos. Para combater essa opressão, é necessário que os negros desenvolvam uma consciência crítica em relação à sua condição e lutem pela sua emancipação.

Além disso, Hooks (1992) destaca a importância da interseccionalidade para a compreensão do racismo. Segundo essa autora, as experiências de racismo são influenciadas por outros fatores, como gênero, classe social e orientação sexual. Isso significa que pessoas que pertencem a grupos marginalizados em mais de uma dimensão podem enfrentar formas de discriminação mais intensas e complexas, como evidência a participante: *"(...) e acho que o racismo em si tem a ver com a cor da pessoa, o dinheiro que ela tem eu também acho que influencia, o que ela faz."* (Participante 1).

Para complementar tal questão, foram expostas situações que as participantes consideraram como racismo:

"Teve uma vez que uma moça não me conhecia, eu tinha entrado na Le Biscuit, e tinha uma moça me olhando desde a hora que eu entrei e eu estava procurando um fine e coloquei a mão por baixo da blusa para coçar, e ela ficou olhando pensando que eu estava colocando algo por baixo da blusa, que era a farda do governo. Eu estava com meu amigo e ela não olhou para ele em nenhum momento e ele é branco. Meu amigo que me pediu para tirar a mão da blusa porque também percebeu, conversando com ele isso é racismo. E esqueci de falar eu também tenho cabelo curto" (Participante 3).

Para Cardoso (2010) A compreensão do racismo desdobra-se a partir do entendimento e surgimento do conceito de raça: *"É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação"* (p.06). Essa relação é explicitada na seguinte fala: *"É quando uma pessoa julga outra pela cor da pele. Quando a pessoa se acha melhor por ser branca. Um preconceito também, sabe? Sei também que eu sofro com isso(...)"* (Participante 3).

Uma das participantes também utilizou o termo "preconceito" como norte para definir racismo: *"Eu entendo primeiramente que é algo ruim (kkk) algo que eu passo, sabe? Sei também que é um tipo de preconceito (...)"* (Participante 1). Como evidenciado pelas participantes, o preconceito pode ser entendido como "uma atitude hostil ou negativa em relação a uma pessoa ou grupo, baseada em estereótipos e generalizações simplistas" (Allport, 1954, p. 9). Já o racismo é uma forma mais grave de preconceito, que envolve "a crença na superioridade de uma raça em relação a outras, e a justificativa de tratamento desigual com base nessa crença" (Jones, 1997, p. 25). Preconceito é um julgamento formado antes do conhecimento de algo ou alguém, sendo uma forma superficial de emitir opiniões. A partir disso, pode-se afirmar que uma pessoa preconceituosa tem potencial para propagar atitudes racistas (Geledés, 2016).

Outra participante também abrange o entendimento pessoal acerca do racismo abordando questões como cultura e nacionalidade:

"Entendo o racismo como algo que pode atingir qualquer pessoa, por causa da cor da pele, por causa do país, por causa da sua cultura, muita coisa, sabe?" (Participante 4).

A violência racista ganha força quando são anuladas as possibilidades de construção de uma identidade negra. Onde o ideal de vida branco é incorporado no cotidiano do sujeito negro, apagando sua individualidade e subjetividade. Carneiro (2009), aborda que o processo de conscientização racial é um processo de descolonização que recusa a inferioridade racial que o racismo prega. Além do mais, a consciência racial não pode ser construída de lugar nenhum. É importante e necessário que a educação oferecida nas escolas seja de igualdade e a valorização da cultura negra seja abordada.

3.3 Racismo no cotidiano e no desempenho escolar

O preconceito e o racismo podem ter efeitos negativos no desempenho escolar e na saúde emocional dos alunos. Estudos mostram que alunos que sofrem preconceito têm maior probabilidade de apresentar sintomas de ansiedade e depressão, além de ter um desempenho escolar pior do que seus colegas (Lopez et al., 2017). Além disso, o racismo pode criar um clima de tensão e conflito na escola, prejudicando o ambiente de aprendizagem e a entre a comunidade escolar, assim como foi percebido na fala de duas participantes:

"Rapaz teve um dia que eu escutei um comentário (racista), que não foi comigo diretamente, mas foi com uma colega, era dia de seminário em sociologia, eu fiquei TÃO ARRETADA, TÃO ARRETADA QUE NÃO CONSEGUI APRESENTAR DE JEITO NENHUM." (Participante 1).

Xingamentos, apelidos ou palavras de cunho racista em sua maior parte são silenciados

quando não escancarados:

"Às vezes eu sinto o professor se referir com o tom de preconceito (...) Eu não sei explicar muito bem as palavras, mas dá pra notar que tem algum preconceito." (Participante 2).

"Eu vejo que quando eu escuto algo nesse sentido, e entendo que tem um sentido de racismo eu fico mal, tento tentar mudar algo no outro dia de aula (...) já deixei de ir por estar com o cabelo armado." (Participante 1)

A escola é um espaço social onde as crianças e jovens passam boa parte do seu tempo, e onde são transmitidos valores e normas que influenciam sua formação como cidadãos, entretanto para as entrevistadas, no contexto escolar a temática racial tem se manifestado de forma negativa, de forma unânime as adolescentes responderam que o racismo é "algo ruim", uma forma de preconceito que é praticado de várias formas, seja através de comentários maldosos, olhares ou piadas. Para além disso, através da fala de duas participantes, percebeu-se certa confusão entre o que seria racismo e a prática do *bullying*:

"Assim, eu sofri bullying na outra escola, esse apelidos racistas, sabe? cabelo de bombril, essas coisas. (...) isso me deixa triste, eu fico pensando o que devo mudar." (Participante 1).

"Tipo assim, chegar em mim para na cara dura me chamar de algo, tipo "macaca" dentro da escola não, mas eu percebo algumas coisas, algumas falas, comentários acerca de coisas que só tem no meu corpo" (Participante 3).

Carapello (2020), afirma que o racismo vem sendo encoberto pelo *bullying*, essa afirmação não se apoia numa diminuição das consequências de tal ato, mas busca salientar as divergências. O racismo, por sua vez, possui uma raiz, um alvo e uma motivação única, pautadas em dores e enfrentamentos que não devem ser atenuadas.

A autora, firma a ideia que em debates antirracistas urge a necessidade de estabelecer diferenças entre o racismo e o *bullying*. O *bullying*, é uma ação intencional, que acontece de forma agressiva onde a vítima é intimidada, já o racismo é ideológico e estrutural, uma repulsão com base na cor da pele e características fenotípicas presentes em pessoas pretas (Carapello, 2020).

Coelho (2016), menciona que existem estudos que apontam sobre as relações interpessoais no contexto escolar, onde as instituições de ensino não preconizam e não reconhecem a gravidade dos atos de *bullying*, racismo e/ou preconceito, ignorando as suas manifestações dentro dos espaços escolares causando preocupação para a sociedade, pais e todo o corpo docente.

"Tipo assim, chegar em mim para na cara dura me chamar de algo, tipo "macaca" dentro da escola não, mas eu percebo algumas coisas, algumas falas, comentários acerca de coisas que só tem no meu corpo." (Participante 3)

Quando perguntado sobre a abordagem de temáticas que envolvem o racismo no contexto escolar, as jovens ressaltaram a importância de abordar as temáticas junto à escola, como exposto nas falas:

"Sim, acho importantíssimo. Porque, infelizmente, é difícil as pessoas procurarem saber mais sobre o assunto por vontade própria, então seria mais fácil das pessoas perceberem que estão sendo vítimas ou praticando o racismo." (Participante 4).

"Eu acho que sim, porque se a gente está aqui dentro e passa por isso então tem que ser falado. De que forma eu não sei. Um evento talvez, aqui tem muitos (kkk)" (Participante 1)

"Eu acho super importante porque não só me ajuda como ajuda outras pessoas a perceberem que está sofrendo algum racismo, porque muitas vezes pensa que é só brincadeira (...) só fizeram uma piada de mau gosto comigo, e não entendem que isso é sério que não é para está sendo tratada dessa maneira." (Participante 2).

Para lidar com o preconceito e o racismo na escola, é necessário adotar uma abordagem que leve em conta a complexidade do fenômeno e as diferentes formas em que ele se manifesta. Segundo Almeida (2010), uma abordagem eficaz deve envolver três dimensões: a cognitiva (que envolve a desconstrução de estereótipos e preconceitos), a afetiva (que envolve a valorização da diversidade e o desenvolvimento de empatia) e a comportamental (que envolve a promoção de atitudes e comportamentos inclusivos). Os desafios e as expectativas da instituição de ensino seriam então, realizar um trabalho que tivesse como objetivo a construção de uma reformulação do currículo escolar, relacionado ao reconhecimento da história afrodescendente, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos (Oliveira, 2020).

3.4 Microagressões raciais no contexto escolar

Sue (2008) aborda que todos os tipos de microagressões raciais acontecem de formas ocultas, onde as atitudes estão protegidas pela posição de negação do agressor. Essa definição trazida por Sue, quanto as microagressões raciais assemelha-se a definição de Bonilla-Silva (2013), afirma ser o racismo velado uma forma contemporânea de racismo, uma ideologia que reivindica a igualdade racial, mas que perpetua as desigualdades raciais de outras formas. O autor ainda argumenta que, embora o racismo

aberto e flagrante ainda exista, o racismo velado é mais insidioso e pode trazer prejuízos maiores, pois é mais difícil de detectar e combater veementemente.

Em um estudo realizado por Sue et al. (2007), os participantes relataram que as microagressões raciais afetam sua autoestima e autoconfiança. É possível observar esses acontecimentos nas falas das participantes 1 e 4: *"Uma vez, me mandaram lavar o meu cabelo, mas eu tinha lavado um dia antes, não estava vendo problema nele, mas ao falarem eu fui pentear", "já me perguntaram porque eu não alisaria ou até do volume dele,(...), que preferia ele de tal jeito, essas coisas assim"*. Sofrer o racismo abala a confiança do indivíduo, existem pessoas que, hoje não conseguem reconhecer traços afro descendentes como belos, devido ao racismo sofrido em razão de suas características naturais.

Davis (1981) argumenta que as mulheres negras são as mais marginalizadas de todas as mulheres. Elas enfrentam uma intersecção de opressões que as tornam vulneráveis à discriminação em várias frentes. Esses estereótipos são a base para a discriminação velada que as mulheres negras enfrentam diariamente.

Segundo o conceito de Sue (2007) as microagressões raciais, se referem a comportamentos e atitudes sutis e frequentemente inconscientes que reforçam estereótipos e preconceitos raciais. Sendo assim, é uma estratégia de manutenção do racismo, que ocorre quando a sociedade passa a entender que a discriminação racial é errada, mas que, mesmo assim, continua praticando-a de maneira sutil e disfarçada, conforme a professora Schucman (2015).

Também é possível constatar, que nos relatos trazido pelas estudantes acerca do seu comportamento corroboram com estereótipos enraizados na sociedade, essas afirmações levam ao conceito de racismo estrutural exposto por Bonilla-Silva (2006, p.3) definindo-o como "um conjunto de práticas e valores arraigados na cultura e na história de uma sociedade que conferem poder e privilégios aos brancos em detrimento de outras raças". Essa relação entre o racismo estrutural e as microagressões foram evidentes nas seguintes falas:

"eu já fui uma vez com a calça rasgada pra escola e já perguntaram se eu era uma mendiga por tá com aquela calça rasgada, mas sei que é moda e todo mundo usa, não vejo essas perguntas sendo faladas pra todas ali." (Participante 2).

"Uma menina já julgou meu jeito de falar, disse que eu parecia estressada, não acho que isso tem a ver com cor, mas eu sou muito calma, quem me conhece sabe." (Participante 4).

Além disso, o racismo estrutural também se manifesta na falta de inclusão de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira nas escolas. Isso pode levar a uma negação da identidade negra e a uma perpetuação de estereótipos negativos. Conforme

destaca Moura (2019, p. 81), "a invisibilidade e o silenciamento sobre a história e a cultura afro-brasileira nas escolas contribuem para o apagamento da memória e da identidade dos afrodescendentes, deixando-os sem referências positivas que fortaleçam sua autoestima e sua cidadania". Uma das participante relatou que um professor tomou a iniciativa de ofertar uma matéria que aborda tais temáticas, contudo lhe estranha a falta de interesse por parte dos alunos brancos em fazer parte: *"Aqui na escola tem até uma eletiva sobre racismo, mas estranho é que tem mais gente escura"* (Participante 2). Exemplifica a estudante relatando que existem mais pessoas pretas frequentando as aulas da disciplina eletiva.

Por isso, é fundamental que a escola atue no combate ao preconceito e ao racismo. Segundo Dovidio e Gaertner (2004), uma das estratégias mais eficazes para reduzir o preconceito é promover a interação entre pessoas. Na escola, isso pode ser feito por meio de atividades que envolvam o contato e a cooperação entre alunos de diferentes origens étnicas e culturais.

Como ferramenta capaz de abordar tal problemática nas escolas, figura, dentre outras profissões, a Terapia Ocupacional, que atua em diferentes ciclos de vida, inclusive a adolescência (Alencastro, et. al., 2018). Lopes e Pan (2020) evidenciam trabalhos realizados por terapeutas ocupacionais especificamente em escolas públicas sendo eles: *"Acompanhamento Individual/Singular Territorial, Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos, Articulação da Rede de Atenção e Dinamização dos Recursos, propondo que estas se constituam como tecnologias sociais passíveis de replicação."*

A Oficina Terapêutica, é uma das técnicas mais utilizadas, visto que usam da atividade como uma ferramenta capaz de gerar aproximação, rastreamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos, e tem-se como resultado o fortalecimento de vínculo que permite espaços de aprendizagem, tecendo cada participante como ser ativo no processo de construção de subjetividade (Lopes et al., 2011).

Ademais, considerar o racismo como um instrumento de violência estrutural que promove injustiças nas atividades significativas para as ocupações de todos os gêneros e faixas etárias é importante, por parte tanto dos alunos quanto por todos os profissionais que atuem direta ou indiretamente com eles, pois esse sofrimento gera adoecimento e rupturas ocupacionais na vida dos indivíduos (Farias; Leite Jr; Costa, 2018).

3.5 Implicações na participação social

O racismo é uma forma de discriminação que afeta muitos aspectos da vida de indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Além de afetar sua autoestima e autoconfiança, o racismo também tem um impacto significativo na participação social desses indivíduos.

De acordo com a teoria do estigma social, proposta por Goffman (1963), o estigma é um atributo negativo que é atribuído a um indivíduo ou grupo com base em sua identidade social. O racismo é uma forma de estigma social que pode afetar a participação social de indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Por exemplo, em um estudo realizado por Pinel e Paulin (2005), os participantes negros relataram ser menos propensos a se envolver em atividades sociais do que os participantes brancos. A fala da participante 2 revela isto: *"Eu sou opção, mas nem sempre a primeira opção"*. Isso foi atribuído, em parte, ao fato de que os participantes negros sentiram que seriam estigmatizados ou tratados de forma diferente em contextos sociais predominantemente brancos.

Além disso, o racismo institucional, que se refere à discriminação estrutural que ocorre em instituições sociais, como escolas, empresas e governos, também pode afetar a participação social. Por exemplo, em um estudo realizado por Deitch et al. (2003), os participantes negros relataram sentir-se menos confortáveis em contextos sociais predominantemente brancos devido ao racismo institucional que enfrentam em suas vidas cotidianas, como exemplo relatado pela participante 1 *"Sim, às vezes eu acho que a minha cor influencia, quando tem muitos de pele clara, me colocar ali vai ficar estranho"*, relata a participante se referindo a um evento escolar. Esse preconceito pode afetar sua capacidade de formar relacionamentos e participar plenamente da sociedade.

E, para ampliar esse entendimento, é importante tratar acerca da justiça ocupacional, que é um conceito que se refere à avaliação da equidade e justiça nas relações de trabalho, especialmente em relação às oportunidades, recompensas e tratamento justo. Um dos autores mais conhecidos na área de justiça ocupacional é Jerald Greenberg, que definiu justiça ocupacional como "o julgamento que as pessoas fazem sobre a equidade do tratamento que recebem no local de trabalho e sobre as recompensas e os benefícios que recebem" (Greenberg, 1990, p. 3).

Outro autor importante nessa área é Adams (1965), que propôs uma teoria de equidade que afirma que as pessoas avaliam a justiça no trabalho comparando suas contribuições com as recompensas que recebem. De acordo com essa teoria, se as pessoas perceberem que suas contribuições não são justamente recompensadas, elas experimentaram sentimentos de injustiça e descontentamento, como relata com descontentamento a participante 2: *"(...) naquele momento eu não iria receber a mesma premiação realizando a mesma atividade e é assim com a turma toda"*.

De acordo com Colquitt et al. (2001), a justiça ocupacional pode ser dividida em três dimensões principais: justiça distributiva, justiça processual e justiça interpessoal. A justiça distributiva refere-se à forma como as recompensas e benefícios são distribuídos, a justiça processual refere-se ao processo utilizado para tomar decisões e a justiça interpessoal refere-se à forma como as pessoas são tratadas no ambiente de trabalho.

A falta de justiça ocupacional em relação ao racismo pode ter um impacto significativo na vida dos trabalhadores afetados. Como afirmado por Bowleg (2012), "a injustiça ocupacional, particularmente a discriminação racial no local de trabalho, é uma fonte significativa de estresse e trauma na vida das pessoas". Isso pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, além de afetar negativamente o desempenho profissional.

A American Occupational Therapy Association (AOTA, 2017) enfatiza que a participação social é um aspecto crucial da saúde e do bem-estar, e que os terapeutas ocupacionais desempenham um papel importante ao ajudar indivíduos a participar de atividades que são importantes para eles. A associação destaca que a participação social deve ser vista de forma holística, abrangendo vários domínios da vida, como o trabalho, o lazer, a educação e as relações interpessoais,

A participação social é um processo dinâmico e interativo no qual indivíduos, famílias e comunidades engajam-se em atividades significativas e conexões com outras pessoas em contextos que refletem as preferências, valores e necessidades individuais e culturais (AOTA, 2017, p. 1).

Além disso, o racismo pode afetar a saúde mental das pessoas pertencentes a grupos minoritários, o que pode afetar sua capacidade de participar plenamente da sociedade. Em um estudo realizado por Paradies et al. (2015), os participantes relataram que experiências de racismo tinham maior probabilidade de predispor casos de ansiedade e depressão, o que afetava sua participação em atividades sociais e sua capacidade de formar relacionamentos.

Assim, acerca do impacto do racismo na vida social, as entrevistadas foram questionadas sobre possível sentimento de ser tratada como inferior pelo fato de ser preta ou parda, e responderam que:

"Com certeza. Não aqui na escola, mas lá no mundo, sempre acontece, parece também que eu sempre tenho que ser boa na rodinha, para não parecer errada, se vestir bem, se arrumar, essas baboseiras." (Participante 3)

"(...) eu tenho que arrumar mais meu cabelo pra ele não ficar com tanto volume, algo do tipo, pra que as pessoas não venham falar." (Participante 1).

Uma vez que as injustiças ocupacionais impactam no desempenho ocupacional efetivo da população pela desigualdade imposta nas condições disponíveis, isso torna-se um determinante frente ao que essas pessoas escolhem, querem e podem fazer nos mais diversos âmbitos das suas vidas. No âmbito das assistências sociais os terapeutas ocupacionais devem ter um olhar que vai além do processo saúde-doença, que possam: "desenvolver metodologias de compreensão e intervenção que visem à autonomia, à participação e à emancipação social de todos" (Mello et al., 2020, p.10). Contribuindo

com a facilitação do empoderamento, ampliando a participação social e desempenho escolar dos adolescentes (Mello et al., 2020).

Em suma, o racismo pode ter um impacto significativo na participação social das pessoas pertencentes a grupos minoritários. O estigma social, o racismo institucional, as micro agressões raciais e a saúde mental são apenas algumas das maneiras pelas quais o racismo pode afetar a participação social. Na escola utilizada para realização da pesquisa, foi possível observar que existe uma divisão entre os alunos que acarreta em diferentes tipos de abordagens do corpo discente. Sendo assim, é importante abordar esses problemas para criar uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

4. CONCLUSÃO

O racismo pode se manifestar de diversas maneiras, desde as atitudes existentes no âmbito das relações individuais, assim como nas relações estruturais e nas institucionalizadas, se manifestando em forma de ações concretas de discriminação racial, que é comum o surgimento de diversas violências, e desigualdade racial. Percebeu-se, através dos resultados da presente pesquisa, que as microagressões raciais afetaram diretamente as adolescentes pretas e/ou pardas nas esferas sociais, escolar e psicológicas. Ou seja, estressores relacionados ao racismo podem influenciar negativamente a saúde mental através da participação social e desempenho escolar. Entendendo que a escola é um espaço potencializador da participação social, é necessário que perspectivas críticas sejam adotadas neste ambiente, enfatizando-se estratégias de enfrentamento do racismo que corroborem com práticas antirracistas e feministas e combatam as injustiças ocupacionais.

Ademais, observou-se também que o racismo descrito pelas participantes faz parte das vertentes abordadas pelo conceito de microagressões raciais, onde as discentes puderam descrever com clareza situações que ameaçam seu desempenho escolar, como também a sua participação social. Sendo assim, profissionais que atuam no contexto escolar, dentre eles o terapeuta ocupacional, podem ser facilitadores de práticas de compreensão e intervenção, como, por exemplo, as oficinas ou grupos terapêuticos, que objetivem a autonomia dos adolescentes para que tais fatores ameaçadores do desempenho sejam, minimamente, atenuados.

Salienta-se que o presente estudo tem limitações referentes a sua execução ter sido realizada apenas em escola pública e entraves relacionados, horários e disponibilidade das participantes, entretanto, os resultados da presente pesquisa atrelados às contribuições científicas já publicadas, poderão ultrapassar os limites acadêmicos e conseqüentemente, tornar-se uma efetiva contribuição para construção de políticas escolares que visem estabelecer maior aparato para a existência e resistências de jovens

negras, visto que são perpassadas por diversos marcadores sociais que por muitas vezes não são reconhecidos pela escola e pela sociedade.

Espera-se que este estudo provoque a busca por mais pesquisas que auxiliem adolescentes pretas na sociedade, na promoção de direitos e acesso à educação de qualidade. Estudos que, ao remeterem o olhar a populações historicamente excluídas, ampliem campos de possibilidades que são retirados de maneira opressora e racista.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, J. S. (1965). **Inequity in social exchange**. *Advances in experimental social psychology*, 2, 267-299.
- ALENCASTRO, L.C.S.; SILVA, J.L.; KOMATSU, A.V.; BRAGA, I.F.; CARLOS, D.M.; SILVA, M.A.I. (2018) O Teatro do Oprimido como estratégia de intervenção na redução do bullying escolar. **Revista de Enfermagem Referência**, 4 (19).
- ALLPORT, G. W. (1954). **The nature of prejudice**. Reading, MA: Addison-Wesley.
- ALMEIDA, S. L. (2020). **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra.
- ALMEIDA, S. R. (2010). **Educação e diversidade cultural: Refletindo sobre práticas pedagógicas**. *Revista Histedbr On-line*, 40(2), 106-114.
- ALMEIDA, Silvio. (2018). **O que é Racismo Estrutural?** *Feminismos Plurais*. São Paulo, Letramento.
- Associação Americana de Terapia Ocupacional. (2017). **Declaração de posição da AOTA sobre a participação social**. Disponível em <https://www.aota.org/-/media/corporate/files/aboutot/advocacy/positionpapers/social-participation-position-paper.pdf>. Acesso em 25 de março de 2023.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racista: perspectivas sociológicas da discriminação racial no Brasil**. São Paulo: Editora 70, 2006.
- BONILLA-SILVA, E. (2013). **Racism without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States**. Rowman & Littlefield Publishers.
- BOWLEG, L. (2012). The problem with the phrase women and minorities: Intersectionality-an important theoretical framework for public health. **American journal of public health**, 102(7), 1267-1273.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

CALIXTRE, A.; VAZ, F. **PNAD 2014: breves análises**. Brasília: Ipea, 2015. (Nota Técnica, n. 22).

CARAPELLO, R. (2020). **O Racismo camuflado pelo bullying**. Revista Educação. - UNG - SER. v.15, n.1.

CARDOSO, C. P. COCCO M. I. M. (2003) **Projeto de vida de um grupo de adolescentes à luz de Paulo Freire**. Rev. Latino Americana de Enfermagem. v.1, n2.

CARDOSO, L. (2010). **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista latino americana de Ciência Social. juv 8(1): 607-630, 2010.

CARNEIRO, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, 49.

CARNEIRO, S. **Retratos do Brasil Negro**. Coordenada por Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional – Fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2007.

COELHO, M.T.B.F. (2016). Bullying escolar: revisão sistemática da literatura do período de 2009 a 2014. **Revista psicopedagogia**, 33 (102).

COLQUITT, J. A., Conlon, D. E., Wesson, M. J., Porter, C. O., & Ng, K. Y. (2001). Justice at the millennium: a meta-analytic review of 25 years of organizational justice research. **Journal of applied psychology**, 86(3), 425.

CORRÊA, C., & ROSÁRIO, M. (2016). **Ações afirmativas e justiça ocupacional: Percepções da Terapia Ocupacional sobre atividades do programa conexões de saberes com turma do ensino médio**. Revista Conexões de Saberes, v.1

COSTA, E. F., OLIVEIRA, L. M. S., CORRÊA, V. A. C. **Ciência Ocupacional e Terapia Ocupacional algumas reflexões**. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro. 2017. v.1(5): 650-663.

CRENSHAW, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43 (6), 1241-1299.

DAVIS, A. (1981). **Women, race, and class**. Vintage.

DEITCH, E. A., Barsky, A., Butz, R. M., Chan, S., Brief, A. P., & Bradley, J. C. (2003). Subtle yet significant: **The existence and impact of everyday racial discrimination in the workplace**. *Human Relations*, 56(11), 1299-1324.

DOVIDIO, J. F., & Gaertner, S. L. (2004). Aversive racism. In M. P. Zanna (Ed.), **Advances in experimental social psychology** (Vol. 36, pp. 1-51). San Diego, CA: Academic Press.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 1967.

FARIAS, M. N., LEITE, J. D., COSTA, I. R. (2018). **Terapia ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial**. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*. v. 2, n.1.

- GELEDÉS (2016). **Sobre racismo e suas múltiplas manifestações**. (s.d.). Geledés. <https://www.geledes.org.br/sobre-racismo-e-suas-multiplas-manifestacoes/>
- GIL, A. C. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas.
- GIL, A.C. (2008). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- GOFFMAN, E. (1963). **Stigma: Notes on the management of spoiled identity**. Simon and Schuster.
- GONZALEZ, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luis Antônio et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, 223-244.
- GREENBERG, J. (1990). Organizational justice: Yesterday, today, and tomorrow. **Journal of management**, 16(2), 399-432.
- GUERRA, E. L. (2014). **Manual Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte, *E-book*.
- HAMMEL, K. W. (2020). **Ações nos determinantes sociais de saúde: avançando na equidade ocupacional e nos direitos ocupacionais**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, n.1.
- HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- HOOKS, B. (1984). **Feminist theory from margin to center**. Boston: South end Press, 1984.
- HOOKS, B. **Black looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1992.
- IBGE. **PNAD Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de dados de indicadores sociais (SIS)**. Censo Brasileiro de 2019. Rio de Janeiro.
- JONES, J. M. (1997). **Prejudice and racism**. New York, NY: McGraw-Hill.
- JONES, J. M. (1972). **Racismo e preconceito**. São Paulo: Edgard Blücher.
- KILOMBA, G. (2019). **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó.
- LIMA, Elânia Francisco. (2019). Erguer a voz, não passar a vez: mulheres negras periféricas e os desafios da vida acadêmica. **Revista USP**, (122): 41-48.
- LOPES, R. E., BORBA, O. L. P., TRAJBER, A. K. N., SILVA, R. C. (2011). **Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional**. Interface (Botucatu) 15 (36) Mar.
- LOPES, R. E., PAN, L. C. (2020). **Terapia ocupacional social na escola pública: uma análise da produção bibliográfica do METUIA/UFSCar**. Cad. Bras. Ter. Ocup. 28 (1) Jan-Mar.
- LOPEZ, G., Andrews, R., Rumbaut, R. G., & Palacios, N. (2017). **Schooling, identity, and adaptation: Mexican-American youth in California**. New York, NY: Teachers College Press.

- MEDEIROS, J. C. (2021). **A Construção da Identidade das Meninas Negras na Escola: Mídias e Representatividade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- MELLO, K. M. M., MALFITANO, A. S., LOPES, R (2020). **Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social**. Cad. Bras. Ter. Ocup. 28 (03) • Jul-Sep
- MINAYO, M. C. S. (2014). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 14ª ed.
- MORRIS, M. C. S. (2014). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 14ª Ed.
- MOURA, Clóvis. **O negro, o branco e o ensino de história**. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; REIS, Elisa Pereira (orgs.). O livro didático de História: experiências e reflexões. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 79-93.
- MUNANGA, K. (2015). **Negritude-usos e sentidos**. Autêntica.
- NASCIMENTO, A. (2016). **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA.
- OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; BALIEIRO, Thais Bispo; SANTOS, Abrahão de Oliveira. (2020). Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 72: 94-108.
- OSORIO, R. (n.d.). **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. Retrieved April 29, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9336/1/TD_2487.pdf
- PARADIES, Y., Ben, J., Denson, N., Elias, A., Priest, N., Pieterse, A., ... & Gee, G. (2015). **Racism as a determinant of health: a systematic review and meta-analysis**. *PLoS one*, 10(9), e0138511.
- PASSOS, Joana Célia dos. (2014). **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/desigualdades_educacionais_eja.pdf. Acesso em 08 de out. de 2022.
- PINEL, E. C., & Paulin, S. (2005). **Stigma consciousness in intergroup contexts: the power of conviction**. *Journal of Experimental Social Psychology*, 41(1), 93-100.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, C. E. (2013). **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Nova Hamburgo, E-book.
- RIBEIRO, D. (2019) **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHUCMAN, L. V. (2015). Racismo velado e seus efeitos sobre a saúde mental. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**, 8(4), 162-175.
- SILVEIRA, J. (2017). **A questão étnico-racial na educação básica: contribuição da escola no processo de "auto identificação racial" das crianças e adolescentes**. Monografia (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 121.

SIQUEIRA, M. de L. Iyámi, Iya Agbás (1995). Dinâmica da espiritualidade feminina em templos afro-baianos. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, 3 (2): 436-445.

SUE, D. W. et al. **Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice**. *American Psychologist*, v. 62, n. 4, p. 271-286, 2007.

SUE, D. W.; CAPODILUPO, C. M.; NADAL, K.L.; TORINO, G. C. (2008). Racial microaggressions and the power to define reality. **American Psychologist**, 63(4), 277-279.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. **An integrative theory of intergroup conflict**. In: AUSTIN, W. G.; WORSLEY, P. (Eds.). *Social identity and intergroup relations*. London: Academic Press, 1979. p. 33-47.

UNICEF. (2010). **O impacto do Racismo na Infância**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, UNICEF.

UNICEF. (2012). **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa - Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, UNICEF.

VALERIO, D. O. S. et al. (2020) **“O pessoal deveria escutar mais a gente”:** **relações ente ocupações e saúde na adolescência**. *Research, Society and Development*, v.9, n.10.

WFOT - Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais - (2019) **Position Statement - Occupational Therapy and Human Rights and Occupational Justice**.

ANEXOS

1. Normas gerais da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional para estrutura do Manuscrito (texto)

Os manuscritos podem ser apresentados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Devem ser digitados em arquivo Microsoft Word 2007 ou posterior, folha tamanho A4, margens estreitas de 1,27 cm, espaço do texto de 1,5 entre linhas (com espaço antes e após o parágrafo), letra verdana, tamanho 10. Todos os parágrafos devem começar na coluna 1, sem tabulação (recoo de parágrafo) e justificado. Os títulos das partes devem seguir a mesa ordem dos tópicos dos resumos.

1.1. Título: O título deve estar em letra verdana, tamanho 10, negrito e caixa alta, centralizado em relação ao texto. Deve ser conciso e informativo. obrigatoriamente deve ser escrito em três línguas: português, inglês e espanhol.

1.2. Resumo: Devem preceder o texto e obrigatoriamente ser escritos nas três línguas: português, inglês e espanhol. Não devem ser incluídas as referências no resumo. Não colocar abreviações ou siglas. Devem conter o mínimo e o máximo de palavras indicadas em cada seção.

1.3. Palavras-chave (Descritores): De três a seis, escritas nas três línguas obrigatórias, apresentadas após cada resumo. As palavras-chave devem vir separadas por ponto final “.” E obrigatoriamente devem ser consultados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e/ou a Unesco Thesaurus para verificar a validação dos descritores.

1.4. Estrutura para a construção de Tabelas e Figuras no corpo do manuscrito:

Tabelas: Devem estar citadas no texto através de numeração crescente (ex.: tabela 1, tabela 2, tabela 3) e apresentar legenda numerada correspondente à sua citação. As tabelas deverão ser apresentadas em formato editável (indica-se, preferencialmente, o uso do programa Microsoft Word 2007 ou posterior para preparação e envio das tabelas em formato.doc). Tabelas devem estar também devidamente identificadas e em escala de cinza e inseridas no texto e não ao final do documento, na forma de anexos. Todo quadro deve ser nomeado como tabela em sua parte superior.

Figuras: As figuras (diagramas, gráficos, imagens e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, coloridas ou em preto e branco, e devem estar legíveis. Toda figura deve estar citada no texto através de numeração crescente (ex.: figura 1, figura 2, figura 3) e deve apresentar legenda numerada correspondente. As figuras devem estar inseridas no texto, em formato editável, e não ao final do documento, na forma de anexos. Todo diagrama, gráfico, imagem e/ou fotografia deve ser nomeado(a) como figura na sua parte inferior.

1.5. Citações no texto

A Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO adota as normas da edição mais recente da *American Psychological Association (APA)* (<http://www.apastyle.org>)

O nome dos(as) autores(as) deve ser escrito com as iniciais maiúsculas, seguido da data de publicação. Ex: Segundo Santos (2020) [...] ou (Santos, 2020). Quando houver dois autores, os nomes devem estar separados por "&". Ex: Segundo Amarantes & Gomes (2003) [...]” ou (Silva & Medeiros, 2010). Quando existirem mais de dois autores em citações dentro ou fora dos parênteses, deve-se apresentar o nome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”

- **Citação direta:** acontece quando a fonte textual é transcrita na íntegra. Deve ser colocada entre aspas (" ") quando inserida dentro do parágrafo e não atinge mais que três linhas seguido pelo número da página da fonte consultada.

- **Citação direta no texto com mais de 3 linhas:** Deve ser destacada com recuo de 4 cm da margem esquerda com fonte 10 (sem colocar a citação entre aspas).

- **Citação indireta ou livre:** acontece quando o autor do manuscrito reproduz o conteúdo, a ideia, do documento original. É descrita no próprio corpo do texto e deve ser indicado, em qualquer parte, o autor original seguido do ano da referência.

- **Citação da fonte secundária (citação de citação):** Trata-se de uma obra (secundária) que referencia a obra primária. Deve ser utilizada somente quando as fontes primárias não estão mais disponíveis em edição ou desatualizadas. Deve ser utilizado o termo apud (em itálico).

- **Referências:** Os(as) autores(as) são responsáveis pela organização das referências citadas no texto. Todos os autores dos trabalhos devem ser citados. No caso de artigos em periódicos, a colocação do número DOI é obrigatória. Caso o artigo não tenha DOI, deve ser fornecido o URL correspondente. Ao final do trabalho, as referências devem ser apresentadas em ordem alfabética. Todas as referências devem seguir a orientação da edição mais recente das normas da American Psychological Association (APA) (<http://www.apastyle.org>).

2. Normas da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional para estrutura de Artigos Originais

Os artigos originais devem ter no máximo 6.000 (seis mil) palavras - não incluindo resumos, referências e ilustrações- e no máximo 5 (cinco) ilustrações/tabelas (quando houver).

Título: português, inglês e espanhol.

Resumo: Devem ter no mínimo 150 palavras e, no máximo, 250. Obrigatoriamente adotar explicitação da estrutura do trabalho, com colocação de subtítulos: Introdução, Objetivos, Métodos, Resultados e Conclusão.

Introdução: Deve contemplar a apresentação e/ou justificativa do trabalho, sua relação com outras publicações, esclarecendo o estado atual em que se encontra o objeto investigado e/ou apresentando a base teórica adotada. No último parágrafo deve ser descrito o objetivo.

Métodos: Inclui a descrição das ferramentas e procedimentos empreendidos para o desenvolvimento do trabalho, a caracterização do contexto da pesquisa e/ou da população estudada, o período de realização, o referencial teórico e/ou as formas escolhidas para a análise de dados e/ou discussão do tema proposto. Resultados: Descreve a exposição objetiva do que foi observado em relação aos objetivos propostos. Pode ser apoiado em gráficos e tabelas.

Discussão: Apresenta a relação teórica e argumentativa com os resultados obtidos, estabelecendo compatibilidade ou não com resultados anteriores de outros autores e/ou dialogando com o referencial teórico adotado. Deve conter aprofundamento reflexivo sobre a área da Terapia Ocupacional.

Conclusões: Apresentam as considerações fundamentadas dos Resultados e Discussão. Devem responder ao objetivo inicial.

Referências: Seguir a orientação do formato/normas da American Psychological Association (APA). Devem ter obrigatoriamente o mínimo de 10 referências e no máximo 30.

APÊNDICES

1. QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO:

- Nome:
- Como deseja ser chamada?
- Idade:
- Autodeclaração de raça:
() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Prefiro não responder
- Identificação de gênero:
() Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Não identificado ()
Prefiro não responder

- Trabalho/Função/Profissão:
- Telefone para contato:
- Renda familiar - Salário mínimo atual R\$ 1.212
 - () meio salário mínimo
 - () entre meio e um salário mínimo
 - () entre um e dois salários mínimos
 - () entre dois e três salários mínimos
 - () acima de três salários mínimos
 - () Prefiro não responder

2. ENTREVISTA:

- O que você entende por preconceito? E por racismo?
 - Alguma vez você já sentiu que fizeram suposições (suspeita/desconfiança) sobre você antes de te conhecerem?
 - Presumir (achar) com base em raça que você é perigosa, má companhia, faz coisa errada.
 - Você já lidou com alguma situação de preconceito no cotidiano escolar entre os alunos? E entre os professores?
 - Já se sentiu tratada como inferior pelo fato de ser preta ou parda?
 - Já observou alguma dúvida para ser escolhida em eventos e atividades escolares?
 - Já questionaram seu estilo de roupa, cabelo e/ou comportamento?
 - Você enxerga alguma diferença de tratamento entre as estudantes negras e brancas? Quais? Por quê?
 - Você acha que essas microagressões interferem na sua participação em atividades, frequência e/ou avaliações como prova e testes?
 - Você acha que é importante discutir sobre essas questões na escola? Por quê? De uma ideia de como podem ser discutidas.
- *Em todas as perguntas as participantes terão a oportunidade de não responder ou não relatar o proposto.